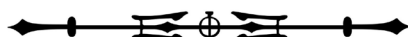


Paper do NAEA
Volume 1, Número 3, Edição/Série 519

Participação e turismo: o caso da Vila do Pesqueiro/Marajó¹

Juliana A. Hamoy²

Mirleide C. Bahia³



RESUMO

A participação tem se mostrado eficaz na solução de problemas e na busca por um desenvolvimento mais sustentável. Este estudo envolve a participação dos moradores da comunidade da Vila do Pesqueiro, na Unidade de Conservação Reserva Extrativista Marinha de Soure, na ilha do Marajó/PA, em busca do desenvolvimento do turismo. Esse artigo tem como objetivo discorrer sobre a importância das políticas públicas de participação, e a politização existente nesse processo, destacando o turismo como uma prática potencial para o desenvolvimento local. A pesquisa de campo ocorreu na comunidade, entrevistando 8 moradores, a partir do critério de acessibilidade. Para a exposição dos dados, foi realizada uma inferência entre dados da pesquisa de campo e de estudos teóricos sobre temáticas de Turismo, Desenvolvimento Local, e Participação. Os dados apontam para a existência de uma organização entre os comunitários, com ênfase para a participação e envolvimento nas tomadas de decisão, ao mesmo tempo em que os interesses divergentes dificultam a continuidade do processo participativo. Esses resultados indicam uma comunidade que almeja o desenvolvimento local, por meio também da atividade turística, porém a desarticulação entre os comunitários dificulta os resultados coletivos.

Palavras-chave: Participação. Turismo. Marajó.

1 Estudo realizado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

2 Bacharel em Turismo (UFPA), Mestre em Planejamento e Desenvolvimento (NAEA/UFPA) e Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). E-mail: julianahamoy@gmail.com.

3 D Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Doutora em Ciências Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

ABSTRACT

Participation has been shown to be effective in solving problems and seeking more sustainable development. This study involves the participation of residents of the Vila do Pesqueiro community, in the Marine Extractive Reserve Conservation Unit of Soure, on the island of Marajó / PA, in search of tourism development. This article aims to discuss the importance of public participation policies, and the politicization that exists in this process, highlighting tourism as a potential practice for local development. The field research took place in the community, interviewing 8 residents based on the accessibility criterion. For the exposure of the data, an inference was made between data from field research and theoretical studies on themes of Tourism, Local Development, and Participation. The data point to the existence of an organization among community members, with an emphasis on participation and involvement in decision making, while divergent interests hinder the continuity of the participatory process. These results indicate a community that craves local development through tourism, but the disarticulation among community members makes collective results difficult.

Keywords: Participation. Tourism. Marajó.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) trouxe uma mudança significativa no modelo de gestão do governo, ao atribuir aos municípios amplos poderes antes centralizados na gestão federal. Com a mesma lógica de descentralização de poder, foram criados grupos organizados pela sociedade civil (Organizações Não Governamentais, Conselhos, Fóruns, etc.) com o intuito de expor suas necessidades e anseios, frente ao poder público. Esses grupos são representantes de diversas classes, a fim de exigir a criação de políticas públicas que visem atender seus devidos interesses.

Esse processo de envolvimento da sociedade civil na tomada de decisão, ou ainda, a chamada “participação”, tem se mostrado eficaz na solução de problemas e na busca por um desenvolvimento mais sustentável⁴. A participação desses agentes pode acontecer nos diversos setores da sociedade. Neste estudo, mais especificamente, a participação envolve os moradores de uma comunidade em busca do desenvolvimento da atividade turística em uma Unidade de Conservação (UC).

A problemática a ser abordada está na dificuldade em manter o processo participativo em prol de objetivos comuns. Esse artigo tem como objetivo discorrer sobre a importância das políticas públicas de participação, e a politização existente nesse processo, destacando o turismo como potencial prática para o desenvolvimento local.

Metodologicamente, essa pesquisa⁵ de cunho qualitativo, tem embasamentos em estudos bibliográficos e pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada no período de 2016 a 2018, com entrevistas semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas.

A pesquisa de campo ocorreu na comunidade do Pesqueiro entrevistando 8 moradores, a partir do critério de acessibilidade aos entrevistados e sua disponibilidade em participar desse estudo. Para a exposição dos dados, foi realizada uma inferência entre os dados coletados em campo e estudos teóricos sobre temáticas de Turismo (FIGUEIREDO e NÓBREGA, 2015) e Participação (AMMAN, 1990 e BORDENAVE, 1994).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA

A comunidade estudada se chama Vila do Pesqueiro, localizada na Cidade de Soure, na Ilha do Marajó/PA, Norte do Brasil. A Vila do Pesqueiro é banhada pelo encontro do rio Paracauari com o Oceano Atlântico e foi criada a partir de um terminal pesqueiro que abasteceria Belém, criado em 1962. Conforme Cruz (1999), os descendentes de portugueses e pescadores se estabeleceram na região a partir de 1820, formando a atual Comunidade da Vila do Pesqueiro.

A Comunidade da Vila do Pesqueiro (figura 1) possui cerca de 100 famílias (grande parte nascidos na vila), se situa a 8 km da cidade de Soure e o deslocamento é feito via rodovia PA

4 Nesse estudo, a categoria “desenvolvimento sustentável” será abordada a partir da perspectiva de Ignacy Sachs, que afirma que “trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (SACHS, 1986, p. 14).

5 Esse estudo é um recorte da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Turismo em Unidades de Conservação e o Desenvolvimento Local em Soure-Pa”, apresentada em 2018.

154. Como o próprio nome da comunidade sugere, a principal atividade desses moradores é a pesca, catação de caranguejos, siris e mariscos em geral, juntamente com a extração de produtos de origem vegetal como o palmito de açaí (*Euterpe oleracea*), a mandioca (*Manihot utilíssima*), o óleo da semente de andiroba (*Carapa guianensis*) e o turismo.

Figura 1 – Vila do Pesqueiro



Fonte: Juliana Hamoy, 2018.

Na comunidade, existe um posto de saúde para pronto-atendimento, uma escola municipal de nível fundamental, um centro comunitário, um bar de gestão privada (que também é restaurante e padaria), a Associação das Mulheres e Moradores Extrativistas da Vila do Pesqueiro (ASMMEP), uma igreja, um centro comunitário e serviços de energia elétrica.

O espaço territorial dessa comunidade faz parte, juntamente com outras três comunidades, de uma Unidade de Conservação (UC), de categoria de uso público, chamada Reserva Extrativista Marinha de Soure (RESEX). A instituição desse espaço como RESEX ocorreu em 2001, pelo Decreto s/nº de 22/11/2001, e tem por “objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2001, s/p).

As UC são áreas com relevância ambiental, social e cultural que devem ter uma gestão diferenciada sob aspectos sociais, ambientais e econômicos. Com a instituição dessas UC, é criada também uma nova lógica para uso desses espaços, dependendo do objetivo dessa UC. As UC são divididas em dois grupos: as de proteção integral, que não são permitidos moradores, e as de uso público (que é o caso da RESEX de Soure), que permite moradores, porém com normas de uso específicas, com educação ambiental para os moradores, sensibilização quanto ao meio ambiente e fiscalização das práticas dos usuários.

A criação da RESEX de Soure ocorreu por uma demanda dos próprios moradores da área, que preocupados com a massiva extração de caranguejo, solicitaram auxílio do governo para

a conservação institucionalizada na área. Aliás, o próprio formato jurídico-institucional das RESEX se caracteriza por ser um processo que amplia as possibilidades de articulação entre o Estado e a sociedade no que tange a gestão do território, como será abordado posteriormente.

Porém, até a gestão conjunta do território entre o estado e a sociedade civil, é importante que haja concordância em relação aos objetivos a serem alcançados. No caso da vila do Pesqueiro, há a Associação de Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ), que apesar do nome, não são apenas as mulheres que fazem parte. Nessa Associação, os moradores que fazem parte, se reúnem e coadunam interesses e objetivos da maioria, para que então seja discutido posteriormente em reunião com o setor público.

Essa reunião entre os moradores e os gestores públicos é uma das políticas participativas já criadas para a gestão das UC. Os indivíduos que se reúnem são o chamado Conselho Gestor (CG), colegiado que auxilia na gestão. Os CG, atualmente, representam o principal arranjo institucional para a participação social nas UC e são reconhecidos como ferramentas indispensáveis para o fortalecimento democrático, bem como a aproximação da sociedade na gestão ambiental pública e em pautas como conservação da biodiversidade. Em 2017, das 322 UC federais, 281 tinham seu CG instituído (ICMBio, 2019).

De modo geral, os CG das UC podem ser consultivos (apenas para consulta, sem poder de tomar decisões) ou deliberativos (que em conjunto, deliberam as ações que vão ou não acontecer). Os CG são ferramentas indispensáveis em UC de uso público. No caso da RESEX de Soure (a qual a vila do pesqueiro faz parte), o conselho é deliberativo e paritário, com 21 cadeiras (10 cadeiras de instituições governamentais + 11 cadeiras da sociedade civil com representantes das comunidades das RESEX).

Atualmente, a gestão da RESEX está sob responsabilidade do órgão federal Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação (ICMBIO), que também atuam na organização das ações do CG. O ICMBIO de Soure é o responsável por marcar as reuniões, viabilizar o transporte e a alimentação dos participantes do CG.

Dentre as questões abordadas no CG da RESEX, está o turismo, como prática de uso público do espaço. O turismo nesse contexto se mostra como possibilidade no processo de desenvolvimento local. Como atividade que gera renda, a prática turística se mostra como importante fator na RESEX, e de modo mais expressivo, na comunidade do Pesqueiro, considerada a mais bem estruturada para receber visitantes.

Para melhor compreensão sobre o contexto de criação das RESEX e a importância da participação nesses espaços, faz-se necessário um breve histórico sobre a criação das RESEX como locais de resistência e com uma essência de envolvimento popular tanto para sua criação, quanto na sua gestão.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE RESEX E PARTICIPAÇÃO NO BRASIL

A criação das RESEX pode ser entendida a partir do processo de redemocratização do Brasil. Para Allegretti (2008), com o regime militar no poder e a imposição do modelo de desenvolvimento da Amazônia, o período foi marcado com medidas que encerravam a política de proteção a borracha, bem como disponibilizava incentivos fiscais para transformar os então seringais em fazendas agropecuárias, atraindo o capital do Sul do país.

Esse contexto gerou conflitos com os seringueiros, que de 1970 a 1975 foram expulsos de suas localidades para as cidades, sem qualquer medida social do governo (ALLEGRETTI, 2008). De acordo com Allegretti (2008), dez anos depois, em 1985, acontecia o I Encontro Nacional dos Seringueiros, onde foi fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) com a proposta de “[...] uma reforma agrária inspirada no modelo das reservas indígenas e nas unidades de conservação, as Reservas Extrativistas” (ALLEGRETTI, 2008, p. 46). Essa organização e mobilização conseguiu esse objetivo, com a primeira proposta política de RESEX, com a portaria nº 627, de 30 de junho de 1987 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que cria os Projetos de Assentamentos dos Extrativistas (PAEs) (ALLEGRETTI, 2008). Percebe-se então que a criação das RESEX surge no âmbito da reforma agrária, e não no do meio ambiente.

A partir desse breve contexto de criação das RESEX, percebe-se que por ser uma UC com desenhos iniciais traçados por conflitos e demanda popular, as RESEX, ao serem “repassadas” à gestão ambiental por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁶, foram mantidas as características de participação e envolvimento popular.

É claro que essa política pública foi criada não apenas por pressão dos seringueiros, os quais, é importante ressaltar, estavam aliados aos ambientalistas (ALLEGRETTI, 2008). Além da pressão de seringueiros e ambientalistas, soma-se a pressão internacional e também as recentes⁷ discussões sobre desenvolvimento sustentável.

Ao longo dos últimos quarenta anos, o governo brasileiro tentou reafirmar a importância da salvaguarda das áreas naturais, com uma formulação gradativa de um quadro regulatório rigoroso no que toca a participação e envolvimento da sociedade civil, atendendo a acordos e exigências internacionais (SILVA, SILVA e BORGES, 2019).

As expectativas para a participação foram consideravelmente ampliadas no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, (de 2003-2011). Conforme (TEIXEIRA, MORONI e MARX, 2008, p.87), com a subida do Partido dos Trabalhadores ao poder da presidência da república por meio do ex-sindicalista Lula, “esperava-se que os cidadãos e cidadãs do Brasil pudessem participar de modo ativo e cada vez mais das decisões públicas e que novos canais de participação fossem criados”. De fato, entre os anos de 2000 e 2010, foi significativa a reativação de conselhos em âmbito federal, e formação de novos conselhos (PÓLIS; INESC, 2011). Contudo, é fundamental destacar que essa participação foi marcada por muitas críticas, com a acusação de ser uma participação que ficou limitada à “[...] uma estratégia de governabilidade e ao faz de conta, sem ter se configurado como elemento essencial nas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas” (MORONI & CICONELLO, 2005, p. 14).

Por outro lado, a política ambiental brasileira vem, desde 2019, passando por mudanças consideráveis que colocam em risco o compromisso com a participação e com a conservação da natureza, estabelecido pelo mais importante e soberano instrumento político do país, a

6 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é constituído pelo conjunto das UC das esferas municipais, estaduais e federais, e “estabelece critérios e normas para a criação e implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000, s/p).

7 Na década de 1980, foi difundido o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mais exatamente, a partir do Relatório “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland (1987), que foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo sido discutidos os limites do crescimento econômico e a utilização sustentável dos recursos naturais.

Constituição Federal. Dentre os retrocessos que limitam a participação social está a recente (julho/2019) redução e alteração do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). De 96 conselheiros entre os membros de ONGs e entidades públicas, o número reduziu para 23 membros. Em abril/2019 o governo decretou a extinção de pelo menos 35 conselhos sociais. Há também um projeto de extinção dos CG das UC.

Conforme Silva, Silva e Borges (2019), no contexto atual é possível perceber que o Brasil tem seguido em direção contrária a ideia de desenvolvimento sustentável, com ações “que retiram a autonomia, a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas de órgãos ambientais” (SILVA, SILVA e BORGES, 2019, p. 604). Esse quadro gera um retrocesso contra os esforços de décadas para construção de uma política ambiental mais sólida e participativa.

SOBRE TURISMO E PARTICIPAÇÃO

Nesse estudo, considera-se o turismo com uma perspectiva de processo e ação, com experiências provocadas pelo deslocamento e pela viagem e contato entre prestadores de serviço, moradores locais e turistas. O turismo, em qualquer de suas formas de expressão e segmento, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer lugar (FIGUEIREDO e NOBREGA, 2015). Esse entendimento se baseia na ideia de que não é apenas o deslocamento que define o turismo, mas também as experiências e vivências produzidas e possibilitadas por esse deslocamento, pelo tempo e espaço. O conceito, ainda que não cite diretamente as dimensões ambiental e social, se baseia essencialmente no estudo do turismo à luz de um fenômeno social, com ideias advindas dos “conceitos de viagem, deslocamentos, errâncias, motivações da viagem, mobilidades humanas, romagens, êxodos” (FIGUEIREDO; NOBREGA, 2015, p. 12), e superando as concepções do discurso objetivo de uma atividade que ainda é interpretada muitas vezes apenas pelo viés econômico.

A atividade turística deve viabilizar a promoção e a propagação de informações sobre a localidade visitada (valores naturais, culturais e sociais); promover a integração social e auxiliar a consciência nacional bem como a promoção de um sentimento de liberdade, diminuindo as fronteiras do mundo. A visita de um turista é capaz de transformar tanto a sua realidade quanto da comunidade local, cujos efeitos dessa interação podem ser positivos ou negativos (HAMOY; FARIAS; FIGUEIREDO, 2016).

Em UC, o turismo é permeado por um debate que se baseia, essencialmente, na sustentabilidade e no ideal de resguardo dos recursos naturais e tem como objetivo viabilizar para a população (moradores e turistas) uma área disponível para uso de atividades que promovam a “educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o Turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Com a possibilidade de visitação a áreas naturais, o turismo se mostra como uma potencial alternativa de geração de renda para os moradores locais e do entorno. Essas oportunidades que acompanham o turismo devem estar associadas a uma boa administração e precedida de um processo de planejamento e sensibilização ambiental e social e de acordo com uma perspectiva de desenvolvimento regional (SANSOLO, 1997 *apud* IRVING, 2002).

De acordo com Takahashi (2004), a possibilidade de acessar uma UC é capaz de facilitar a compreensão do indivíduo acerca da importância de preservação da diversidade biológica,

o que pode contribuir para o equilíbrio ambiental. A propósito dos benefícios do turismo em UC, Takahashi (2004) ressalta que essa atividade pode contribuir como potencial alternativo para o alcance dos objetivos de desenvolvimento e conservação de um lugar. Para Nelson e Pereira (2004), a utilização de áreas protegidas para a atividade turística sustentável pode refletir algumas tendências globais sobre a conscientização ambiental e o processo de reencontro do indivíduo com sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo.

O turismo também colabora na economia, podendo contribuir com a qualidade de vida da comunidade local. A geração de renda pela atividade pode afetar direta e indiretamente os moradores locais. Quando existem benefícios econômicos, os moradores podem ser mais sensíveis para com o meio ambiente, buscando conservar a paisagem que atrai os visitantes. Porém, Lindberg (2001) ressalva que quando os moradores se sentem prejudicados pelo turismo (pelo excesso de visitantes e o pouco retorno financeiro, por exemplo), suas ações podem comprometer a atividade e a conservação ambiental.

Quando a atividade turística leva em consideração o bem-estar e os interesses dos habitantes locais, quando as infra-estruturas são integradas e não só “pra inglês ver”, o bem-estar, o desenvolvimento intelectual e profissional, pode-se esperar que o resultado atingido seja abrangente e economicamente sustentável (NELSON; PEREIRA, 2004, p. 42).

Ao falar de turismo não se pode olvidar que é uma prática que envolve o lugar de vivência de uma comunidade. Logo, essa comunidade tem que estar envolvida no processo de desenvolvimento do turismo, para que em conjunto, moradores e gestores públicos (principalmente, mas não esquecendo o setor privado) definam as normativas para que todos recebam os efeitos positivos que o turismo pode gerar.

É nesse contexto que a participação se faz indispensável. O ato de participar das decisões sobre as questões públicas é uma condição para o desenvolvimento da democracia deliberativa. Ela forma o debate público do qual os atores atingidos também fazem parte da tomada de decisão. De acordo com Azevedo *et al.* (2013, p. 20), pensar em política é estar atento às dificuldades e problemas inerentes ao interesse da coletividade, onde a participação (ou não) do processo político nos torna responsáveis por decisões de escala de maiores ou menores proporções.

Esse pensamento vem ao encontro do que Hamoy, Farias e Figueiredo (2016), abordam acerca do planejamento e das políticas públicas, que devem aprovar a democratização da sociedade, no qual os movimentos e grupos sociais organizados são elementos fundamentais na fiscalização e no controle das ações governamentais. Os autores comentam que no processo de gestão e planejamento, a presença dos moradores é basilar, os quais devem saber e acompanhar todas as mudanças que acontecerão. Mais do que saber, as proposições devem partir dos próprios moradores.

É indispensável associar as práticas participativas com as representativas do poder público. Mas é importante saber que “o início de processos participativos está na capacidade de organização da sociedade civil, porque somente assim [esta] adquire vez e voz” (DEMO, 2001, p. 32), onde a participação cidadã se faz com um “[...] processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações” (TEIXEIRA, 2002, p. 30).

Demo (2001, p. 23) completa que “[...] a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos”. Ainda em conformidade com o autor, a participação é uma conquista a ser alcançada individualmente por cada pessoa, de modo que cada vez mais, ela se torne cidadã. E é a partir do alcance individual que se amplia para a noção da conquista pelo e para a coletividade.

Ammann (1980) afirma que, por meio da participação, os indivíduos são capazes de modificar seu contexto e sua história, que a sociedade é produção de si mesma, e não apenas a reprodução e adaptação de circunstâncias (AMMANN 1980). É a partir desse processo de produção que as pessoas podem construir suas próprias histórias. Por meio da participação popular surge o controle social, que garante o envolvimento da sociedade na busca pela melhoria da qualidade de vida. Quando a população acompanha ativamente sua realidade, ela reverbera em transformações sociais.

[...] participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. O conceito de participação social é transferido deste modo da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas. Em harmonia com o conceito, se uma população apenas produz e não usufrui dessa produção, ou ela produz e usufrui, mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participe verdadeiramente (AMMAN, 1980, p.61, grifo do autor).

Ainda que em posições sociais desiguais, o espaço público permite aos participantes um debate no qual a argumentação colabora com a inserção de diferentes pontos de vista sobre determinada questão, caminhando para a um processo de tomada de decisão mais inclusivo e plural. Para alcançar a transformação social, a participação deve acontecer conscientemente. Quando os indivíduos não fazem apenas parte desse processo, mas acompanham ativamente, há mais possibilidades de mudança da realidade.

Contundo, buscar objetivos que estejam integralmente alinhadas entre os setores público e os moradores locais se mostra um desafio. Isso porque cada agente possui interesses que podem ou não ser coadunados. Bordenave (1994) adverte que a participação não deve ser sacralizada. Isso porque, do mesmo modo que a participação pode resolver conflitos, também pode criá-los, pois segundo o autor “é um erro esperar que a participação traga necessariamente a paz e a ausência de conflitos” (BORDENAVE, 1994, p. 79). Ainda que pareça contraditório destacar a participação e, posteriormente, criticá-la, é necessário compreender que ela não é a ‘tábua de salvação’ dos problemas existentes, mas é a “maneira mais evoluída e civilizada de resolver os problemas” (BORDENAVE, 1994, p. 79).

VILA DO PESQUEIRO: O TURISMO E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO

A RESEX de Soure é composta por quatro comunidades: a do Céu, a do Pedral, a do Caju-Uma e a do Pesqueiro, sendo que todas têm acesso à praia. Dentre estas, as comunidades do Céu e do Pesqueiro, no decorrer da pesquisa, foram as mais citadas no que se refere a organização para o atendimento de turistas. Por outro lado, a comunidade do Pesqueiro, se comparada as demais praias da região, é a que tem maior infraestrutura para receber visitantes: barracas de praia (figura 2), de artesanato e restaurantes. Essa estrutura funciona geralmente em finais de semana, feriados e períodos de férias escolares.

Figura 2 – Praia do Pesqueiro nas férias escolares de julho



Fonte: Juliana Hamoy, 2017.

Os efeitos positivos da atividade turística (em especial a renda deixada pelos visitantes) foram destacados por todos os entrevistados, apontando para um interesse em receber essas pessoas e colocando o turismo como atividade que traz benefícios para os moradores, conforme afirma um dos entrevistados:

[...] o turismo é bom pra nós. Porque os turistas traz investimento nos nossos produtos, nos nossos artesanatos, né? Isso aqui tudo eu vendo pra eles. e tudo é eu que faz. Eu e meu marido, né? Mas também coloco coisa dos outros vizinhos pra vender. A gente precisamos se ajudar a senhora não acha? [...] e ai eles traz o dinheiro e deixa pra gente. E todo mundo acha tudo isso aqui lindo. E é né? Olha so essas belezas aqui? Isso aqui é o paraíso mesmo, né? (Informação verbal – Morador da Vila do Pesqueiro).

Para a melhoria desse atendimento, essa comunidade, já há um tempo, vem se estruturando para o Turismo de Base Comunitária⁸ (TBC), inclusive alcançando investimentos públicos. Essa iniciativa para o TBC teve início com a ASMUPESQ, em 2008, na chamada pública do Ministério do Turismo, com o projeto “VEM – Viagem Encontrando Marajó”. Com a verba recebida por esse edital, foram elaborados e comercializados roteiros turísticos. Porém, em função de desacordos entre os interesses dos moradores, as atividades desenvolvidas pela associação praticamente foram paralisadas (pela ASMUPESQ) (BOULHOSA e VASCONCELOS, 2020).

Alguns dos moradores que tinham participado de capacitações financiadas pelo recurso do edital se reuniram e se organizaram para desenvolver o turismo com o modelo de TBC, com apoio do ICMBIO. Ressalta-se que, atualmente, apenas algumas famílias de fato atuam nesse segmento, dividindo as funções e os lucros. Ainda assim, com essas dificuldades, alguns representantes da comunidade do Pesqueiro se fazem presentes nas reuniões do CG da RESEX e buscam participar de todas as atividades promovidas pelos órgãos públicos.

⁸ Para Maldonado (2009), o TBC pode ser caracterizado na autogestão sustentável dos recursos locais, com práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos, com destaque para o protagonismo da comunidade.

O ICMBIO tem buscado ampliar seu entendimento sobre a atividade turística, e mais especificamente, sobre o TBC. Esse interesse em desenvolver o turismo em UC surgiu em 2011, com o I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas. Nesse evento, um dos encaminhamentos foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT), formado por comunidades de UC federais (ressalta-se que duas integrantes desse GT são moradoras da RESEX de Soure, na vila do Pesqueiro) juntamente com o ICMBIO.

Os moradores se mostram envolvidos e articulados nas tomadas de decisão. Entre os entrevistados da Comunidade do Pesqueiro, a maioria participa ou já participou da ASMUPESQ, principal organização civil da comunidade para a tomada de decisões, com relação não apenas às questões da RESEX, mas de atividades em geral, incluindo o turismo.

Ao ser perguntado sobre a integração entre os setores públicos e os moradores do Pesqueiro, obteve-se a seguinte resposta: “Não. A organização aqui é da comunidade. Teve umas gentes do SEBRAE, pra fazer uns cursos, mas o envolvimento mesmo é pela Associação de Mulheres. Que faz reunião, e participa das coisas”. Pode-se perceber que a maioria das ações e o processo de organização da comunidade com relação às práticas de turismo partem dos próprios moradores, que se organizam e participam entre si. Essa participação é um pressuposto para o desenvolvimento local, pois é o que torna o desenvolvimento mais humano (VAZQUÉS BARQUERO, 2002).

Porém, a participação deve ser ativa, com o diálogo real, e não apenas serem beneficiadas desse novo modelo de desenvolvimento (MARTINS, 2002). Destaca-se que a participação deve ser compreendida de modo mais amplo e não deve ser simplificada a “envolvimentos esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social”. Mas sim ser entendida como um “empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender” (MARTINS, 2002, p. 54).

Esse é um processo permanente, que em graus diferentes, vem se solidificando. Contudo, no Pesqueiro, nem todos se fazem presentes nessas reuniões, conforme afirma um morador da comunidade, quando perguntado sobre a existência da participação da comunidade nas ações públicas para o turismo, a resposta foi que: “a comunidade aqui é unida. Só que também tem os que não participam. Que querem fazer sozinhos. Veio até gente falar do turismo comunitário aqui. Mas nem todo mundo aqui participou”. Afirmção afinada à resposta da então representante da ASMUPESQ:

Toda reunião que tem a gente chama, agora é muito difícil a gente reunir, assim.. a comunidade. Quando não há, assim um...quando não um projeto. Difícil eles participarem, agora se você falar “olha, é uma inscrição da bolsa verde, é um Inkra, vai dar casa, vai dar isso, vai dar aquilo, vão dar cesta básica, lota! Ou então dar bolsa família, bolsa verde, o salão lota! (como vocês informam?) muita das vezes a gente informa assim mesmo, convidando, né? as vezes a gente faz convite pra uma assembleia (para todos os moradores?) Pra todos os moradores! Mas é muito difícil a participação. [...]A gente tem dificuldade com isso (Informação Verbal – Entrevistado da Vila do Pesqueiro, grifo nosso, pois foi um complemento de pergunta).

Apesar de existir a integração e organização entre a maioria dos moradores, foi percebido que alguns não se sentem representados, e por isso não se motivam a participar dos debates e discussões relacionados ao planejamento do turismo na comunidade, bem como ações voltadas para a conservação do meio ambiente. Essa ausência de motivação para participar das reuniões da ASMUPESQ pode estar relacionada ao que um morador da Comunidade

do Pesqueiro ressaltou, sobre a ausência nos debates da comunidade: “Eu não participo da associação, então, a gente não fica sabendo muito desses encontros. Mas também não é muito do interesse da gente. Porque eles decidem e fazem”.

Em entrevista a presidente da ASMUPESQ, obteve-se a informação de que a gestão anterior teve problemas com a articulação dos moradores e foi ressaltado que as pessoas que estavam à frente deixaram interesses pessoais acima dos interesses da comunidade, e por esse motivo alguns moradores deixaram de participar (informação verbal – Entrevistado da Vila do Pesqueiro).

Sobre o envolvimento entre os setores públicos (municipal, estadual e/ou federal) para a gestão do turismo em conjunto com a comunidade, e obteve-se a seguinte resposta:

Fraco. É fraco em apoio, ne? Nós temos apoio mesmo direto, é do ICMBIO, de turismo de base comunitário, porque ele já foi muito forte aqui na comunidade, dentro aqui do Marajó a nossa comunidade é piloto daqui. Ai, do poder público a gente tem muito pouco apoio. Muito mesmo. Porque a gente está tentando reerguer esse turismo de base comunitário que tinha há 6 anos atrás, e por causa da má administração na associação, aí desorganizou, ne? Aí... Agora nós estamos a dois anos reorganizando novamente tudo isso. Só por conta de nós. (Informação verbal – Entrevistado da Vila do Pesqueiro).

Percebe-se que os órgãos de turismo, de acordo com a então presidente da ASMUPESQ, não se fazem presentes para o desenvolvimento do turismo. O órgão considerado como parceiro da comunidade é o ICMBIO. O ICMBIO se mostra disponível ao debate de interesses para o alcance de um objetivo comum – no caso, o turismo. Contudo, as restrições de uso na RESEX acabam por inibir esse debate. A fiscalização e acompanhamento de agentes do ICMBIO na comunidade são ações consideradas por alguns moradores como punitivas. Essa resistência por parte dos moradores da RESEX em aceitar as restrições de uso, bem como a exigência de câmbio na dinâmica do modo de vida local, são fatores que restringem a integração e um possível diálogo

Na Vila do Pesqueiro percebe-se que há uma divisão entre os interesses dos moradores no que tange ao desenvolvimento o turismo. Mesmo que todos os entrevistados tenham reafirmado a importância do turismo, a organização da comunidade para receber os visitantes ainda se mostra frágil, principalmente sob preceitos do desenvolvimento sustentável e local.

Uma das principais dificuldades para o desenvolvimento da atividade turística a partir de uma perspectiva comunitária é exatamente esse envolvimento da comunidade. Na Vila do Pesqueiro se percebeu uma organização local dos moradores, mas nem todos se mostram disponíveis a atuar no turismo, ainda que todos queiram os lucros gerados pela atividade. Um exemplo citado por um entrevistado foi que ao propor uma rotatividade no atendimento dos visitantes, como no caso de trilhas, poucos se disponibilizam a participar.

Observa-se uma ausência de sensibilização dos moradores para com o coletivo. Esse quadro pode existir pela falta de informações sobre a participação no sentido mais amplo, sobre a gestão da RESEX, ou mesmo pela falta de interesse em se envolver nesse tipo de ação.

9 O governo estadual, por meio da Secretaria de Turismo do Pará, viabilizou cursos de capacitação para a atuação dos moradores em trilhas e práticas de primeiros socorros.

Há uma fala comum na comunidade sobre a existência da organização e envolvimento dos moradores locais da Vila do Pesqueiro tanto sobre a condução da atividade turística no local, quanto na gestão da RESEX, porém o questionamento a ser feito é se essa participação é real ou apenas presencial.

Para Teisserenc (2016), as RESEX são uma experiência brasileira de democracia associada ao desenvolvimento sustentável e local, e podem ser consideradas como um instrumento de política pública capaz de responder às exigências do desenvolvimento sustentável, com um regime de gestão diferenciado e apoiado pelo setor público federal. Porém, ainda que existam expectativas quanto a esse modo de gestão descentralizada, a autora destaca a necessidade de “politização” dos indivíduos envolvidos, especialmente dos moradores locais. Ao citar a politização, a referida autora destaca que esta ocorre quando há envolvimento dos indivíduos com o meio político, transformando as relações sociais. Para a autora, “essa concepção da politização se refere à existência de um espaço público no qual se desenrolam debates com base em uma retórica inspirada pelas exigências do bem comum” (TEISSERENC, 2016, p. 234).

Essa politização pode ser parcialmente percebida na RESEX de Soure, em que um dos entrevistados, que exerce o papel de liderança local, tem uma articulação para o desenvolvimento do TBC, envolvido com a equipe do ICMBIO, participa de eventos em outras cidades do Brasil, expondo suas experiências e interagindo com outras realidades de TBC. Além disso, sempre se faz presente nas reuniões do CG e nas reuniões da ASMUPESQ. Para Teisserenc (2016), a intenção é a proposição de ferramentas de gestão nos processos participativos, de modo que os envolvidos viabilizem ações locais que sejam capazes de satisfazer às exigências propostas pelo desenvolvimento local. a partir de novas experiências, são elaboradas novas formas de desenvolver o turismo.

A importância de ações coletivas está na organização para obter os benefícios coletivos. O CG, como organização formal, possibilita representatividade política na tomada de decisões. Na RESEX de Soure, que conta com quatro comunidades, a Vila do Pesqueiro é a que possui maior frequência nas reuniões do CG. Esse envolvimento pode estar associado ao fluxo turístico significativo e ao esforço do ICMBIO em fazê-los se envolver, fato que nem sempre acontece em uma gestão pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura política do Brasil não se mostra favorável para uma gestão compartilhada e participativa com envolvimento social nas UC. Isso porque podem ser observados alguns retrocessos no que tange o entendimento sobre desenvolvimento e sobre conservação, especialmente pela diminuição dos espaços de participação social.

O governo federal tem questionado a relevância/necessidade de conselhos e espaços de participação nas decisões das ações a serem ou não realizadas no Brasil acerca de diversas temáticas. Percebe-se uma involução nesse contexto, por considerar UC como um atraso para o crescimento econômico. O entendimento apresentado pelo atual governo federal é de que esse espaço, ao invés de ser conservado, deveria estar servindo ao desenvolvimento econômico em atividades como a agropecuária, ou mesmo um turismo massivo (e consequentemente danoso ao meio natural, social e cultural).

Ainda que seja um processo complexo, a participação permite que as intenções do setor público se alinhem aos interesses tanto do setor privado quanto da sociedade civil. Abrir mão dessa ferramenta para a gestão de uma localidade significa um retrocesso na democracia nos direitos sociais alcançados.

Com a instituição da RESEX de Soure, as práticas participativas também mudam para uma compreensão de que a participação tem uma função cada vez mais política, principalmente pela criação do Conselho Gestor, como ferramenta que envolve os moradores e setor público em prol de um objetivo em comum.

No caso da atividade turística na Vila do Pesqueiro, a organização dos moradores se mostra na ASMUPESQ e no Conselho Gestor. Porém, apenas a existência desses espaços de participação não garante que haja o envolvimento dos moradores, sendo esse um dos principais desafios para o desenvolvimento local, e no caso desse estudo, também para a prática turística na comunidade do Pesqueiro. Na RESEX de Soure pode-se questionar, em produções futuras, sobre o preparo para esse tipo de gestão descentralizada, e se os moradores estão disponíveis e interessados nesse caminho.

O desenvolvimento local e a sustentabilidade na vila do Pesqueiro são processos que vêm caminhando e, aos poucos, alcançando alguns resultados e enfrentando alguns obstáculos. A partir do efeito multiplicador do turismo, esta atividade representa uma alternativa para o desenvolvimento local e/ou regional de maneira a preservar a identidade local, conservar os patrimônios (natural e cultural) e dinamizar a economia.

Percebeu-se que a comunidade tem buscado fortalecer sua cadeia produtiva local, baseada na confiança entre os comunitários. Possivelmente pela quantidade de ações, oficinas e reuniões públicas para desenvolver o turismo na comunidade, os moradores entrevistados da referida comunidade demonstraram saber a importância de envolvimento social nas ações públicas. Nesse contexto é importante considerar que a participação dessa comunidade acontece também pelo esforço do ICMBIO em fazê-los se envolver, pois é este órgão que viabiliza o deslocamento, a alimentação e mantém a organização das reuniões e a frequência das mesmas.

Porém, apenas a ciência sobre a importância dos moradores de se envolverem em instâncias de participação, não garante que a participação seja efetiva. Participar de um processo de tomada de decisões envolve estar informado sobre o assunto a ser debatido, bem como o conhecimento quanto a aspectos positivos e negativos, além de estar preparado para que determinada decisão não seja unânime. A discordância faz parte do caminho à participação e isso não deveria desiludir o indivíduo quanto à sua importância para as ações e tomadas de decisões.

A recente mudança de governo, desde 2019, tem questionado a importância da participação, e conseqüentemente têm ignorado muitas realidades brasileiras. Sabe-se aqui que os governos democráticos anteriores não atingiram as expectativas da sociedade quanto às mudanças que a participação poderia alcançar. Contudo, o fato de um governo institucionalizar a participação e, de certa forma, permitir e incentivar o envolvimento social, é o mínimo para que as pessoas tenham voz quanto às ações que influenciarão em suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI, M. A Construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e meio ambiente-Modos de relação com a natureza: complexidades socioambientais*, Curitiba, n.18, p.39-60, 2008.

AMMANN, S. B. *Participação social*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

AZEVEDO, F. F. FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. de. M.; MARANHÃO, C.H. da. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: (Orgs), *Turismo em foco*. Belém: NAEA, 2013.

BORDENAVE, J. E. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOULHOSA, M. S. VASCONCELOS, A. C. P. Turismo de Base Comunitária na Ilha do Marajó: a experiência da comunidade de Pesqueiro, Soure. In SANTIAGO, R. C. C de A. SILVA, F.de P. S. da. PROCOPIUCK, M. *Ecosocioeconomia, Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local Sustentável*. Novas Edições Acadêmicas, 2020.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília, DF, 2000.

BRASIL . Casa Civil. Decreto de 22 de novembro de 2001. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure no Município de Soure, Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 4, seção 1, 23. nov. 2001.

BRASIL. Constituição Federal (Org.). *Constituição Federal: 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12.jul. 2020.

CRUZ, M. E. M. *Soure: pérola do arquipélago de Marajó*. Belém: Lima, 1999.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 2001.

FIGUEIREDO, S. J. L; NOBREGA, W. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. J. L; NOBREGA, W; AZEVEDO, F (Orgs). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: Naea/UFGPA, 2015. p. 11 – 37.

HAMOY, J. A. FARIAS, K. S. FIGUEIREDO, S. L. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas. In: BAHIA, M. C. e FIGUEIREDO, S. L. (Orgs.). *Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer*. Belém: NAEA, 2016.

ICMBlo, *Painel Dinâmico do ICMBlo*. 2019. Disponível em < <http://qv.icmbio.gov.br>> Acesso em 10/10/2019.

IRVING, M. de A. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, M. de A. (Org). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002, p. 47-67.

LINDBERG, K. Economic impacts. In: WEAVER, D. (Org.). *The encyclopedia of ecotourism*. United Kingdom: Cabi Publishing, 2001.

MALDONADO, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 25-44.

MARTINS, S. R. O. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, set. 2002.

PÓLIS/INESC. Arquitetura da participação no Brasil: avanços e desafios. Projeto “Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas”. Ipea, (2011).

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo, SP: Vértice. 1986.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. *Cadernos de Conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. out. 2004

TEISSERENC, M. J. da S. A. *Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial e reservas extrativistas*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792016000200229&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15.Jul.2019.

TEIXEIRA, E. C. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2002.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE, 2002.